

TRAMAS DO PODER LOCAL: Uma análise sobre a longevidade e legitimidade política das elites tradicionais em tempos de “Modernidade Líquida”.

JOSÉ ADILSON FILHO¹

As efemérides do Tempo Presente dissolvem as certezas, amolecem as estruturas e provocam fissuras e fraturas em todos os campos da vida social. Como, então, podemos nos manter sólidos num mundo, cuja característica principal tem sido a liquidez e a provisoriedade das ideias, sentimentos e valores? Sendo assim, vale apenas indagarmos sobre o que torna ainda legítimo a hegemonia ou a forte influência de personagens e clãs políticos tradicionais na trama cotidiana e institucional de diversos municípios do Brasil? Este texto procura problematizar tais questões, focando-se temporalmente na perspectiva da História do Tempo Presente conforme a perspectiva de J. Chaveau e Phillipe Tétart (2000) e no enfoque da Nova História Política, a partir das contribuições de René Remond (1996). Ou seja, tentando a partir de uma relação mais visceral com o tema do poder local, captar suas contradições e ambivalências numa visada interdisciplinar.

Nos últimos anos os atores com perfis ou origens ligados a uma perspectiva conservadora, vem mudando seus posicionamentos, suas ideias e, paradoxalmente, apropriando-se de bandeiras de luta que historicamente pertenciam aos seus antípodas. Forçados pela dialética do tempo e pela necessidade de sobrevivência, esses *animals politicus* aprenderam a jogar o jogo das performances, operando as contradições e as ambivalências com menos remorso do que as forças ditas progressistas. Para sobreviver às novas linguagens e subjetividades contemporâneas, tornaram-se, portanto, mais dramáticos. A combinação de velhos e novos dispositivos tem sido prática comum aos mais ousados representantes dos grupos de poder tradicionais. Para eles não basta

¹ Mestre em História (UFPE) e Doutor em Sociologia (UFPB) e leciona na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na FAFICA. Líder do Grupo de Pesquisa Culturas Políticas e Poder Local (CNPQ).

somente usar novas máscaras ou representar novos papéis, é preciso fazer o público-eleitor acreditar e legitimar suas proposições e ações.

Vale apenas perscrutar as motivações que levam empresários, trabalhadores, desempregados, funcionários públicos, profissionais liberais, religiosos, estudantes, professores e intelectuais de cidades médias, porém, já modernas e complexas como Campina Grande, Caruaru, Mossoró e Petrolina, a depositarem sua confiança e esperança em indivíduos ou famílias que roubam a cena pública há várias décadas. De onde advém tanta sedução e paixão? São questões difíceis, mas que devemos ensaiar algumas pistas.

A seguir apresento, em forma de tópicos, algumas hipóteses para a legitimação política destas elites de cunho tradicional na política de alguns municípios de pequeno e médio porte.

a) Corpos velhos em roupas novas.

A capacidade para se vestirem e se revestirem com alguns signos, símbolos e dispositivos do moderno permitem as elites ditas tradicionais forjar para si um simulacro da realidade político-social, apresentando-se aí como sujeitos portadores de muitas virtudes e talentos. A competência, por exemplo, para produzir imagens generosas do futuro e de adequar seu discurso a nova gramática dos “tempos líquidos”, e, claro, mesclando-a ao linguajar e representações das camadas populares. Tudo isso, porém, feito mediante ações cada vez mais teatralizadas, em que os atores políticos representam papéis de demiurgos, figuras extraordinárias a promover a justiça social.

Entretanto, as elites foram forçadas a perceber que vivendo numa sociedade do espetáculo (DEBORD:1996) ou líquido-moderna (BAUAMN:2000) faz-se necessário criar cenários nos quais o povo sinta-se também protagonista da história. Os meios de comunicação de massa – sobretudo o rádio e a televisão – através de programas de baixa qualidade encenam a ideia de que as camadas populares são sujeitos com vez e voz, dotadas de força política já que fazem ecoar seus sentimentos de indignação e

revolta contra mal feitos praticados por políticos, empresários, funcionários públicos e policiais². Vale salientar que na maioria das pequenas e médias cidades brasileiras ainda são os políticos tradicionais os principais detentores dos meios de comunicação. Eles promovem um tipo de programação diária baseada no que insinuam ser a “cultura popular”, isto é, a sensibilidade e a vontade do homem ordinário. Daí a valorização de certos mitos de origem, festas religiosas, profanas, cívicas e atividades artesanais como estratégia política para consagrar formas de percepção e pertencimento a uma dada representação da cidade.³ A própria experiência dos indivíduos demonstra a superficialidade destas ações travestidas de cidadania e de valorização da chamada cultura popular. Para Néstor Canclini (2001:264,265)

Essas encenações do popular foi uma mescla de participação e simulacro. Desde Vargas e Perón até os populismos recentes, a efetiva revalorização das classes populares, a defesa dos direitos trabalhistas, a difusão de sua cultura e arte, caminham lado a lado com encenações imaginárias de suas representações. O populismo tornou possível para setores populares novas interações com a modernidade, tanto com o estado quanto com outros agentes hegemônicos: que suas demandas de trabalho, moradia e saúde sejam parcialmente escutadas, que os grupos subalternos aprendam a relacionar-se com funcionários, fazer trâmites, falar por rádio e televisão, fazer-se reconhecer. Esses novos cidadãos conseguem sê-lo dentro de relações assimétricas de poder, em ritualizações que às vezes substituem a interação e a satisfação material das demandas. Nesse processo é importante a convergência do populismo político com a indústria cultural. Ao levar em conta que nas sociedades modernas o povo existe como massa, como público de um sistema de produção simbólica que transcendeu sua etapa artesanal, os populistas trataram de que o povo não permaneça como destinatário passivo das ações comunicacionais. Seu programa cultural – além de promover as formas pré-modernas de comunicação e aliança política: relações pessoais, suburbanas – constrói cenários nos quais o povo aparece participando, atuando (manifestações de protestos, desfiles, ritos multitudinários).

² Rádios e TVs de propriedade de grupos políticos simulam através de programas ditos populares, os dramas, os sofrimentos e as críticas da população. “O povo na TV”, “A Voz do Povo” “A Voz da Justiça”, “A Tribuna do Povo” etc são exemplos da instrumentalização do popular pelas elites.

³ Um bom exemplo do uso e da apropriação midiática da chamada cultura popular pelos grupos políticos ocorre nas cidades de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB). Os Cunha Lima assim como as famílias Queiróz, Lyra e Lacerda aproveitam-se das festas juninas e do folclore para inserir nos seus embates artesãos e artistas preocupados com a defesa da “essência cultural” diante dos efeitos deletérios da indústria cultural. Paradoxalmente, tais reivindicações acontecem numa espaço de simulação construído pelas mídias dos próprios atores políticos.

O simulacro ao contrário do que se pensa não é uma cópia perfeita de uma dada realidade, mas a criação de algo completamente diferente e novo, no qual se mistura coisas temporal e espacialmente distantes num mesmo cenário. Assim, o que parece ser sólido, real, torna-se frágil, efêmero e fantasmagórico. A *ilusão* política desaparece quando se percebe que o discurso da participação e do protagonismo popular dificilmente se materializa em ações concretas, como nas escolhas das lideranças, na presença efetiva e contundente nos debates e fiscalização dos mandatos. Os grupos decidem o que é melhor para seus correligionários, os quais por sua vez, legitimam suas decisões, pois é isto que temos visto com frequência nestas paisagens sociais.

As dimensões do sagrado e do profano são canalizadas também para reforçar ou questionar a hegemonia deste ou daquele líder/grupo político, mediante o uso de arquétipos, estigmas e preconceitos presentes nas práticas e representações cotidianas dos cidadãos. Estigmas, marcas e cores passam a estabelecer fronteiras reais entre as forças que se dualizam nas municipalidades. As cores vermelha, azul, amarela ou verde ou apelidos como “doutor”, “matuto”, “doido” e de abreviações dos nomes como Zé, Chico, Tony e João, são utilizados criativamente pelos políticos e seus marqueteiros para lhes aproximar dos eleitores e distinguir do Outro, neste caso dos adversários. No entanto, uma olhada mais atenta aos fatos mostrará que as semelhanças entre si são bem maiores e expressivas do que as diferenças. Aqui o Outro e o Mesmo nada mais são que dois espelhos que se refletem mutuamente.

b) Novos segmentos, novas demandas discursivas.

Nos últimos tempos, as temáticas da diferença, da identidade e da inclusão/exclusão vêm dominando os debates políticos e acadêmicos e servindo de inspiração para a agenda de lutas de diversos segmentos sociais no país. O viés ideológico e classista que mobilizou a luta contra a dominação e a alienação orquestrada pelo capitalismo tem sido paulatinamente substituído pelas bandeiras da diferença e do multiculturalismo. Questões como gênero, etnia, geração, sexualidade e religiosidade associam-se as temáticas ambientais, econômicas e tecnológicas, levando governos de diversos matizes a uma diversificação dos programas e das políticas públicas.

As elites das pequenas e médias cidades de acordo com a sua vontade ou não, incorporam, pragmaticamente, algumas bandeiras e segmentos considerados profundamente estranhos a sua tradicional “cultura política”⁴. Passamos a observar nas campanhas eleitorais destes municípios toda uma estratégia de segmentação do eleitorado em camadas discursivas, sejam jovens, negros, sem-terra, religiosos, camponeses, indígenas, portadores de deficiência física, visual e mental, idosos, gays ou mulheres. Para eles há sempre algum tipo de enunciado, uns mais explícitos e enfáticos, outros menos visíveis e audíveis. Às vezes certos temas ganham materialidade na forma de candidaturas identificadas com as referidas causas⁵ e de ações governamentais como a criação de secretarias da mulher e da juventude, polos culturais, creches, escolas técnicas, escolas especiais, além do incentivo à criação e a instalação de faculdades, universidades, hospitais, lojas, shoppings e fábricas, em parcerias com a iniciativa privada e os governos estadual e federal. Não basta apenas o discurso, é preciso ir além dele, torná-lo concreto. Suas artimanhas não encontram limites, para atingir seus fins apropriam-se das obras, programas e imagens dos adversários. Um bom exemplo disso ocorreu durante as eleições municipais de 2008, quando a maioria dos candidatos a prefeito, contrários ao petismo, buscou colar sua imagem a do presidente Lula, cuja aprovação popular atingia os picos mais altos.

No que diz respeito especificamente às questões de gênero, durante o período eleitoral simulam-se grandes eventos como as passeatas e os comícios direcionado as mulheres. Nestes eventos, mulheres advindas de etnias e condições sociais e espaciais distintas expressam em sons e tons femininos sua defesa e compromisso com a candidatura, geralmente de um dos próceres masculino dos clãs. Mas o machismo destes clãs tem sofrido pequenas e sutis variações em função da flexibilização imposta

⁴ Sobre cultura política, vide a importante obra coletiva organizada por Marta Abreu e vários outros historiadores brasileiros. Entendemos o termo cultura política como as representações e práticas que se materializam nas formas de sentir, pensar e agir politicamente dos atores políticos em relação às camadas médias e populares e destas em relação a aqueles.

⁵ Nas eleições de muitas cidades do agreste pernambucano, a exemplo das cidades de Caruaru e de Belo Jardim, observamos que diversos candidatos ligados a comunidades carentes e grupos sociais identificados como gays, hoppers, idosos, camponeses, funcionários públicos, operários, mulheres, negros, religiosos aliados aos projetos de grupos políticos conservadores. Para a câmara de vereadores de Caruaru, o DEM elegeu uma mulher e um candidato, cuja campanha defendia ironicamente a bandeira gay, sob o lema: “Já Já não promete, ele dá”.

pela modernidade líquida.⁶ Os chefes políticos cada vez mais apostam suas fichas em candidaturas femininas, sejam essas suas esposas, filhas ou correligionárias. Não cabe aqui discutirmos os avanços ou retrocessos destas mulheres no poder local, cabe-nos apenas assinalar as estratégias de atualização das elites tradicionais em meio a novos cenários e enredos, a despeito de todo substrato patriarcal, racista e moralista que ainda coexistem neles.

c) O clientelismo como dádiva

O uso sistemático do clientelismo e do filhotismo como moeda de troca entre políticos e eleitores, continua sendo prática determinante na continuidade de certos grupos de elite.. Embora comumente atribua-se às forças conservadoras o uso de tais dispositivos, vale frisar que alguns segmentos de esquerda também o fazem, malgrado possíveis mal-estares de natureza ideológica.

A lógica da dádiva, que consiste em dar, receber e retribuir gera favores e dependências, construindo relações viscerais nas quais as palavras, as imagens, os estereótipos, adquirem corporeidade, vibração, emoção e compromisso. De acordo com Adilson Filho (2009:207):

(...) Por alguns momentos a prática clientelista é representada no imaginário das camadas populares como um ato desinteressado, um gesto de fé e de humanismo que transcende o objetivo imediato da política. As elites locais legitimam-se no poder, entre outras coisas, por usarem estratégias mais sutis, como as que dissimulam a violência simbólica gerada pelo clientelismo numa relação afetiva.

Trata-se de uma forma específica de violência, mas que se legitima com a rubrica do próprio povo, o que pressupõe mais cumplicidade do que sentimentos

⁶ O conceito de modernidade líquida é pensado nos termos de Zygmunt Bauman, como uma nova condição histórico-sociológica na qual os sólidos, isto é, ideias, conceitos, utopias, práticas se liquefazem num processos muito mais rápido e destruidor do que aquele que caracterizou a vida moderna do século XIX até a década de 1980.

antagônicos como dominação ou exploração. Para muitos indivíduos o clientelismo constitui-se na própria lógica natural da política, já para outros assinala algo maior e mais profundo, pois se reveste de humanismo, como pode ser visto no depoimento a seguir, extraído por Adilson Filho (2009:208) de um correligionário ligado a um velho ator político da cidade de Belo Jardim, localizada no agreste pernambucano.

A minha relação com Cintra Galvão é de pai para filho, porque realmente todas as reivindicações, todas as coisas que eu pedi ele atendeu. Ele tem seus lados falhos, como qualquer ser humano. Mas é assim uma pessoa muito humana quando se trata de uma pessoa que está passando uma dificuldade. Assim, podemos dizer que contamos com a sua mão direita para nos dar apoio e contamos com ele independente de política, até se ele ficar sem mandato (...) Eu estava com a família em situação difícil, por meio de doença grave, de gente que não morava em Belo Jardim, pois era de Vitória de Santo Antão. Ele deu todo apoio a um paralítico e a uma mulher com câncer. Nem eles e nem eu tínhamos dinheiro. Por isso eu sou grato a esse lado humano e não político de Cintra Galvão.

O entrevistado divide a atuação do seu líder em duas dimensões que se complementam: O lado político, que seria mais estrategista e ardiloso e o lado humano, paternal, desprendido, desligado da voluptuosidade do poder. Os dois lados, porém, são estrategicamente usados pelos políticos no intuito de consagrá-los como os únicos personagens portadores da nobre missão de solucionar os problemas dos seus aliados e eleitores. Na fala do entrevistado, vislumbra-se um sentimento de gratidão, ou melhor, uma dívida impagável para com aquele que lhe ajudou no tratamento de duas pessoas gravemente enfermas. O gesto do líder e a gratidão do beneficiado transformam-se num contrato duradouro, traduzida para o último em compromisso, fidelidade, paixão, amizade, cumplicidade e subserviência.

d) Imanência e Transcendência na trama das relações políticas

As relações políticas plasmadas entre os líderes e as camadas populares são definidas pela assimetria, isto é, pela desigualdade das posições e *status*. O líder político é aquele que detém ao mesmo tempo vários tipos de capital ao passo que os segmentos mais pobres e excluídos da população são destituídos de quase todos eles, conforme Bourdieu (2001). A posse de vários tipos de capital amplia o poder das elites distanciando-a enormemente das condições de possibilidade das camadas populares.

Sendo assim, elas se apresentam e também passam a ser vistas por diversos segmentos sociais como aqueles atores que garantem os acessos às instâncias burocráticas, jurídicas e econômicas⁷, assumindo duplamente a condição de mediadores e de solucionadores de problemas, sonhos e esperanças, como bem observou Karina Kuschnir (2000), num estudo antropológico realizado num bairro popular da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1990.

Nas pequenas e médias cidades, mas, também nos bairros populares das metrópoles, o espaço da política desloca-se de fora, das ruas, comitês, praças, palácios para atingir o nível molecular dos corpos dos atores. O poder do líder local permite-o operar simultaneamente com a imanência e a transcendência, ou seja, ele é colocado na trama como um sujeito próximo ao povo, porque melhor do ninguém conhece e participa das suas dores e esperanças ou porque, também, advém de um passado de “vidas secas.”

Entretanto, a proximidade e a intimidade dos contatos não devem transformá-lo numa figura semelhante à maioria do povo, uma que a diferença e a assimetria são imprescindíveis nas relações de poder, em formações sociais verticalizadas como na sociedade capitalista. Por esta razão, a experiência histórica das eleições brasileiras vem mostrando o quanto é difícil aos sujeitos advindos das camadas populares escolherem pessoas com semelhantes condições sociais e culturais para lhes representar politicamente. Suas preferências políticas, mas também jurídicas, estéticas e culturais tem se pautado, predominantemente,

⁷ A garantia dos acessos das camadas populares a determinados bens materiais e simbólicos é fundamental para a legitimidade do líder político na trama do local.

pelos atores pertencentes às classes sociais mais ricas da sociedade, ou por aqueles que, apesar da origem humilde, conseguiram superar os limites de classe, etnia, gênero ou de lugar, a exemplo de Lula, Marina Silva, Joaquim Barbosa e tantos outros.

Mais do que qualquer pretensa semelhança ou igualdade com sua história e condições de vida, os segmentos mais pobres do Brasil tem demonstrado grande apreço pela verticalidade e desigualdade do poder das elites. As pessoas que idolatram Lula o fazem, antes de tudo, pela sua história como líder sindical e presidente da república, pelo seu sucesso, pelo seu novo formato cada vez mais próximo de uma estética burguesa. Como o próprio Lula aprendeu com o marqueteiro Duda Mendonça, o povo não queria votar na figura do operário com seu macacão típico, sua camisa vermelha surrada e de barbas longas e mal cuidadas, cara emburrada, não queria o igual e, sim o diferente, alguém sorridente, vestido com roupas caras, barbas e cabelos bem tratados, que se assemelhasse ao “príncipe” e não ao “sapo barbudo”. Não lhe interessa o Lula miserável, retirante ou simplesmente o operário batalhador, sonhador e digno. O sujeito político que lhe interessou fora a junção de todos eles acoplados a outro, cuja imagem traduzisse superação, distinção, poder e sucesso. É este tipo de espelho que o “povo” mais sofrido e as várias classes médias, desejam ver sua imagem refletida.

Esta capacidade das elites para se projetar como seres imanentes e transcendentais contribui tanto para fortalecer o personalismo e o messianismo quanto para enfraquecer o papel representativo das instâncias político-partidárias e dos movimentos sociais na construção da cidadania e da democracia.

A apropriação e ressignificação das mídias (rádios, TV, internet, redes sociais) com objetivos de manterem-se não apenas mais atualizados com os sinais e sensibilidades do tempo presente, mas também de inserir-se na cultura da sociedade do espetáculo, amplia extraordinariamente esse poder da imanência e da transcendência através dos sons, imagens e textos que circulam na rede e chegam aos lares para depois se fixar no interior dos corpos dos cidadãos e correligionários, produzindo-lhes as mais variadas formas de sensação.

Considerações finais

Como tentamos salientar ao longo deste texto, o poder local no Tempo Presente assume dimensões mais complexas, porque mais contraditórias e ambivalentes que aquele vivido na longa e média duração. A liquefação dos valores, ideologias, práticas imposta pela nova dinâmica do capitalismo levou a mudanças nas estratégias dos atores políticos, produzindo comportamentos e pensamentos mais flexíveis, sem ter que abdicar completamente das velhas máscaras do passado, a exemplo do clientelismo, do mandonismo ou de um moralismo reacionário que vez por outra nos surpreende nos momentos mais críticos das disputas eleitorais⁸.

A incorporação e a apropriação simultânea de ignos do moderno e do tradicional pelas elites lhes dotam de uma enorme capacidade para de algum modo suportar os abalos sísmicos e as erupções vulcânicas provocadas pela história. É essa tentativa de justapor e misturar elementos diferentes e contrários que as torna, realmente, mais eficientes para conquistar a legitimidade popular. Sem este espírito camaleônico, os atores políticos e neste caso, as elites mais tradicionais, seriam simplesmente incapazes de produzir algum sentido para os diversos setores da sociedade, alguns dos quais enlaçados em novas subjetividades e desejos de consumo.

Apoiados cada vez mais nos meios de comunicação e em volumosos recursos econômicos, tais elites adquirem o poder da quase ubiquidade, na medida em que se fazem simbólica e materialmente presente nas experiências e nos imaginários das populações. Pois através de uma estação de rádio ou de um jornal impresso ou online, assim como de uma extensa rede de correligionários – aquele líder que está em Brasília, no Recife ou mesmo na prefeitura de um pequeno município interiorano, de algum

⁸ Nas duas últimas eleições presidenciais, o presidenciável José Serra se utilizou de temáticas como o aborto, a fé, a educação sexual na escola, entre outros temas-tabus, para conquistar votos dos segmentos mais conservadores do eleitorado brasileiro, e com isso, vencer às eleições contra Lula e Dilma. Na esfera local não é diferente, preconceitos, medos, temas-tabus são sistematicamente usados pelas forças tradicionais que disputam a hegemonia sobre o jogo político.

modo torna-se visível e sensível às pessoas. Já os mais pobres, infelizmente, estão presos a finitude espacial, a limites e experiências geográficas bem demarcadas.

Tal pobreza material também se traduz numa pobreza política, pois, raramente veem a si mesmos como protagonistas da sua própria história e, dificilmente, votam naqueles que procuram romper com as forças que geralmente hegemonomizam o poder local. Enfraquecidos pelas enormes dificuldades impostas pelas barreiras da política institucional como também por fraca organização e baixa autoestima pessoal e coletiva – os mais pobres cedem às elites o direito e a legitimidade para representá-los politicamente, para mediar os seus acessos às instituições e resolver seus problemas⁹. Como dissemos antes, a parte mais radical e democrática da modernidade não chegou às terras brasileiras, pois se perdera na travessia do Oceano Atlântico. Vencera a outra parte: a mais elitista, oligárquica e conservadora. Por esta razão, continua a persistir no imaginário do povo, particularmente, residente nas paisagens das pequenas e médias cidades brasileiras um gosto exagerado pelos homens que já nascem grandes, mas, raramente, por aqueles que trazem a grandeza ética e política dentro de si.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.

ADILSON FILHO, José. *A cidade Atravessada*. Velhos e novos cenários na política belojardinese. Recife: Comunigraf, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000.

CHAVEAU, J., TÉTART, Philippe. *Questões para o tempo presente*. Bauru: Edusc, 2000.

DÉBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1987.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REMOND, René. *Por uma outra história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.